

RELAÇÕES FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL INFANTIL: A INFLUÊNCIA DOS VÍNCULOS AFETIVOS E DAS PRÁTICAS PARENTAIS

**FAMILY RELATIONSHIPS AND CHILD EMOTIONAL DEVELOPMENT: THE
INFLUENCE OF AFFECTIVE BONDS AND PARENTING PRACTICES**

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 20/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792381292](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792381292)

Maria Danielly Silva Santana¹

Amanda Jennyfer Coelho Costa²

RESUMO

A relação familiar exerce papel importante no desenvolvimento emocional infantil, especialmente por meio das experiências afetivas, das práticas parentais e dos vínculos estabelecidos entre crianças e seus cuidadores. Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da relação familiar afetiva no desenvolvimento emocional infantil, destacando como práticas parentais, vínculos afetivos e fatores socioculturais podem favorecer a formação de habilidades socioemocionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo. As produções foram encontradas em bases acadêmicas como Scielo, PePSIC e Google Scholar. A análise contemplou estudos relacionados aos estilos parentais, à teoria do apego, à regulação emocional e às condições familiares e sociais associadas ao desenvolvimento emocional infantil. A literatura aponta que relações familiares caracterizadas por disponibilidade afetiva, responsividade, comunicação e estabelecimento adequado de limites podem favorecer a segurança emocional e o desenvolvimento de estratégias mais adaptativas de regulação das emoções. Em contrapartida, relações marcadas por rejeição, inconsistência, práticas excessivamente autoritárias ou ausência de suporte emocional podem estar associadas a maiores dificuldades socioemocionais. Destaca-se, ainda, que o desenvolvimento infantil não depende exclusivamente das práticas familiares, sendo influenciado pela interação entre características individuais, relações familiares e contexto sociocultural. Dessa forma, compreender essas relações pode contribuir para ações de prevenção, orientação e planejamento de intervenções psicológicas que considerem a criança, suas relações familiares e seu contexto de desenvolvimento.

Palavras-chave: Apego; Desenvolvimento emocional infantil; Estilos parentais; Regulação emocional; Relações familiares.

ABSTRACT

Family relationships play a significant role in children's emotional development, particularly through affective experiences, parenting practices, and the bonds established between children and their caregivers. This study aims to analyze the influence of affective family relationships on children's emotional development, highlighting how parenting practices, emotional bonds, and sociocultural factors can foster the development of socio-emotional skills. To this end, an exploratory and descriptive literature review with a qualitative approach was conducted. Relevant studies were identified in academic databases such as SciELO, PePSIC, and Google Scholar. The analysis covers research on parenting styles, attachment theory, emotional regulation, and the family and social conditions associated with children's emotional development. The literature indicates that family relationships characterized by emotional availability, responsiveness, communication, and the setting of appropriate boundaries can foster emotional security and the development of more adaptive emotion regulation strategies. Conversely, relationships marked by exclusion, inconsistency, authoritarian restrictive practices, or a lack of emotional support may be associated with greater socio-emotional difficulties. It is also important to note that child development does not depend solely on family practices but is influenced by the interaction between individual characteristics, family relationships, and the sociocultural context. Thus, understanding these relationships can contribute to prevention efforts, guidance, and the planning of psychological interventions that take into account the child, their family relationships, and their developmental context.

Keywords: Child emotional development; Family relationships; Parenting styles; Attachment; Emotional regulation.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento emocional infantil é um processo construído ao longo das experiências vivenciadas pela criança em seus diferentes contextos de convivência. Entre esses contextos, a família ocupa uma posição importante, uma vez que as primeiras experiências de cuidado, proteção, comunicação e interação social geralmente acontecem nesse espaço. As formas como os cuidadores respondem às necessidades da criança, estabelecem limites e demonstram afeto podem participar da construção de recursos relacionados à autoestima, à segurança emocional e à capacidade de lidar com sentimentos e situações adversas.

Nesse sentido, os padrões de interação estabelecidos no ambiente familiar podem atuar tanto como fatores de proteção quanto como fatores de vulnerabilidade. As práticas parentais e a qualidade dos vínculos afetivos não devem, entretanto, ser compreendidas de maneira isolada, pois o desenvolvimento infantil também está relacionado às características individuais da criança e às condições sociais e culturais nas quais a família está inserida.

A teoria do apego contribui para essa compreensão ao destacar a importância dos vínculos estabelecidos entre a criança e seus cuidadores. Bowlby (1969) compreende o apego como um sistema relacionado à busca de proximidade e proteção, especialmente diante de situações de ameaça ou insegurança. Posteriormente, Ainsworth et al. (1978) contribuíram para a compreensão das diferenças na qualidade dos vínculos de apego, destacando a importância da sensibilidade e da responsividade dos cuidadores.

Além dos vínculos afetivos, as práticas parentais também constituem um elemento relevante para compreender o desenvolvimento emocional infantil. Baumrind (1966, 1971) apresentou diferentes padrões de autoridade parental, destacando diferenças na forma como os pais combinam controle, exigência e responsividade. Maccoby e Martin (1983), posteriormente, ampliaram essa discussão, contribuindo para a compreensão dos estilos parentais a partir das dimensões de responsividade e exigência.

A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de compreender de que maneira as experiências familiares podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento emocional infantil. A qualidade das relações estabelecidas entre crianças e seus cuidadores pode estar relacionada à construção da autoestima, da capacidade de reconhecer e expressar emoções, da regulação emocional e das formas de estabelecer relações com outras pessoas. Entretanto, essas relações precisam ser compreendidas considerando também as condições sociais, culturais e econômicas nas quais as famílias estão inseridas, evitando interpretações que responsabilizem exclusivamente os cuidadores pelas dificuldades apresentadas pelas crianças.

Diante disso, este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma as relações familiares, especialmente os vínculos afetivos e as práticas parentais, podem atuar como fatores de proteção ou de vulnerabilidade no desenvolvimento emocional infantil?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência das relações familiares no desenvolvimento emocional infantil, considerando os

vínculos afetivos, as práticas parentais e os fatores socioculturais envolvidos nesse processo.

Como objetivos específicos, busca-se analisar as relações familiares e as práticas parentais no desenvolvimento emocional infantil; compreender as relações entre apego seguro e regulação emocional na infância; e discutir os padrões familiares e sua relevância para a prevenção e a intervenção diante de dificuldades emocionais e comportamentais na infância.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. As buscas foram realizadas em bases acadêmicas como SciELO, PePSIC e Google Scholar, tendo como foco conteúdos relacionados ao desenvolvimento emocional infantil, às práticas parentais, ao apego, à regulação emocional e às relações familiares. A análise do material buscou identificar aproximações e diferenças entre as discussões apresentadas pelos autores, relacionando-as aos principais eixos do estudo: práticas parentais, vínculos afetivos e apego, regulação emocional e padrões familiares relacionados ao desenvolvimento emocional infantil.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o estudo apresenta como limitação a ausência de acompanhamento direto de crianças e famílias, não sendo possível observar individualmente as relações familiares ou estabelecer conclusões sobre casos específicos. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos a partir das contribuições encontradas na literatura analisada. Como proposição, destaca-se a importância de ampliar as discussões sobre as relações familiares e o desenvolvimento emocional infantil, especialmente no campo da Psicologia, contribuindo para ações de prevenção e

intervenção que considerem os vínculos afetivos, as práticas parentais e as condições sociais e culturais vivenciadas pelas famílias.

2. RELAÇÕES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL INFANTIL

2.1. Estilos Parentais e Desenvolvimento Emocional Infantil

O desenvolvimento emocional infantil é influenciado pelas relações estabelecidas no contexto familiar, especialmente pelas formas como pais e cuidadores estabelecem limites, demonstram afeto, respondem às necessidades da criança e conduzem situações de conflito. As práticas parentais podem contribuir para aspectos emocionais, comportamentais e sociais do desenvolvimento infantil, podendo atuar tanto como fatores de proteção quanto como fatores de vulnerabilidade ao desenvolvimento (Martins; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

Baumrind (1966, 1971) foi uma das principais autoras na discussão dos estilos parentais, destacando diferentes formas de exercício da autoridade e suas relações com o comportamento infantil. Em seus estudos, a autora identificou diferentes padrões de autoridade parental, considerando principalmente a maneira como os pais estabeleciam controle sobre os filhos e respondiam às suas necessidades. A partir dessa perspectiva, a autoridade parental não deve ser compreendida somente pela existência ou ausência de regras, mas também pela maneira como essas regras são estabelecidas e acompanhadas de afeto e responsividade (Baumrind, 1966, 1971).

A proposta de Baumrind foi posteriormente ampliada por Maccoby e Martin (1983), que organizaram os estilos parentais a partir de duas dimensões principais: exigência e responsividade. Enquanto Baumrind contribuiu para a identificação de diferentes padrões de autoridade parental, Maccoby e Martin ampliaram essa compreensão ao considerar conjuntamente o nível de exigência dos pais e sua capacidade de responder às necessidades dos filhos. A partir dessa organização, foram diferenciados quatro padrões: autoritativo, autoritário, indulgente ou permissivo e negligente. Essa ampliação possibilita compreender que a presença de regras, por si só, não define a qualidade da relação parental, sendo necessário observar também o nível de disponibilidade e responsividade presente nessa relação (Maccoby; Martin, 1983).

O estilo autoritário caracteriza-se pela presença de elevado controle e pouca abertura para o diálogo. Nesse padrão, as regras costumam ser estabelecidas de maneira rígida, com menor consideração pelas necessidades e opiniões da criança. Baumrind (1966) contribuiu para compreender esse estilo a partir da maior ênfase no controle e na obediência. Maccoby e Martin (1983), ao acrescentarem a dimensão da responsividade, permitem compreender que não é apenas a existência de limites que deve ser considerada, mas também a forma como eles são estabelecidos. Estudos posteriores também relacionam estilos parentais autoritários a dificuldades emocionais e comportamentais, destacando a importância da qualidade das práticas educativas para o desenvolvimento infantil (Baumrind, 1966; Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025).

O estilo permissivo ou indulgente, por sua vez, apresenta maior demonstração de afeto e liberdade, mas menor estabelecimento de limites e regras. A contribuição de Maccoby e Martin (1983) amplia a

compreensão desse padrão ao relacioná-lo à combinação entre elevada responsividade e baixa exigência. Estudos de revisão também apontam associações entre práticas parentais permissivas e dificuldades no desenvolvimento infantil, embora essas relações devam ser compreendidas considerando o contexto em que as práticas acontecem (Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

Já o estilo negligente envolve baixos níveis de exigência e responsividade. Nesse contexto, a criança pode experimentar menor disponibilidade emocional dos cuidadores e ausência de acompanhamento consistente de suas necessidades. A classificação proposta por Maccoby e Martin (1983) contribui especialmente para diferenciar esse padrão do estilo permissivo, pois, enquanto no permissivo existe maior responsividade com menor exigência, no negligente há baixos níveis de ambas as dimensões. Estudos recentes relacionam práticas parentais negligentes a dificuldades emocionais e comportamentais, indicando que a ausência de responsividade e acompanhamento pode constituir um fator de vulnerabilidade para o desenvolvimento infantil (Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025).

Em contraste, o estilo autoritativo ou democrático combina estabelecimento de limites com afeto, comunicação e responsividade. Baumrind (1971) destacou a importância de uma autoridade que estabeleça padrões de comportamento sem desconsiderar as necessidades da criança. Maccoby e Martin (1983), por sua vez, ajudam a compreender esse equilíbrio pela combinação entre elevada exigência e elevada responsividade. Nesse modelo, os cuidadores estabelecem regras, mas também procuram explicar seus motivos, considerar as necessidades da criança e estimular sua

autonomia. Estudos posteriores também associam esse estilo a aspectos positivos do desenvolvimento infantil, incluindo autonomia e estabilidade emocional (Baumrind, 1971; Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025).

A relação entre Baumrind (1966, 1971) e Maccoby e Martin (1983) demonstra, portanto, uma ampliação da compreensão sobre as práticas parentais. Enquanto Baumrind estabeleceu uma importante referência para a identificação de diferentes padrões de autoridade, Maccoby e Martin aprofundaram essa discussão ao organizar os estilos a partir das dimensões de exigência e responsividade. Em conjunto, essas contribuições permitem compreender que a parentalidade envolve diferentes combinações entre controle, limites, afeto e disponibilidade emocional, não sendo adequada uma análise baseada apenas na presença ou ausência de regras (Baumrind, 1966, 1971; Maccoby; Martin, 1983).

Apesar da utilidade dessa classificação, os estilos parentais não devem ser entendidos como categorias fixas ou aplicadas de maneira universal. As famílias apresentam diferentes configurações e são influenciadas por aspectos culturais, sociais e econômicos. Além disso, os cuidadores podem modificar suas práticas de acordo com as circunstâncias vivenciadas, o desenvolvimento da criança e as condições disponíveis no ambiente familiar (Martins; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

A parentalidade, portanto, deve ser compreendida como um fenômeno relacional e contextual. Uma mesma prática pode adquirir diferentes significados dependendo das características da família, da criança e do contexto em que ocorre. Dessa forma, a análise dos estilos parentais precisa considerar não apenas a

classificação utilizada, mas também a qualidade da relação estabelecida entre cuidadores e crianças (Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025).

As condições sociais e econômicas também precisam ser consideradas na compreensão das práticas parentais, pois o contexto em que a família está inserida pode influenciar suas possibilidades de cuidado e acompanhamento da criança. Por isso, as práticas parentais devem ser analisadas considerando tanto as relações familiares quanto as condições de vida e os recursos disponíveis para os cuidadores (Martins; Silva, 2025; Cariri et al., 2025).

Nesse sentido, compreender os estilos parentais é importante para a Psicologia porque possibilita identificar recursos e dificuldades presentes nas relações familiares sem reduzir a família a uma classificação. O objetivo não deve ser simplesmente definir qual estilo está presente, mas compreender como as práticas de cuidado, comunicação, disciplina e afeto estão relacionadas ao desenvolvimento emocional da criança (Martins; Silva, 2025).

Assim, relações caracterizadas por disponibilidade emocional, comunicação e limites consistentes podem favorecer a construção de recursos emocionais importantes. Por outro lado, relações marcadas por inconsistência, ausência de responsividade ou excesso de rigidez podem aumentar a vulnerabilidade da criança diante de dificuldades emocionais e comportamentais. A compreensão dessas relações deve, portanto, considerar a singularidade de cada família e as condições sociais que atravessam sua dinâmica (Baumrind, 1971; Maccoby; Martin, 1983; Martins; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

2.2. Apego Seguro e Regulação Emocional: Função Protetiva no Desenvolvimento Emocional

A teoria do apego constitui uma importante contribuição para a compreensão do desenvolvimento emocional infantil. Bowlby (1969) compreendeu o apego como um vínculo emocional estabelecido entre a criança e seus cuidadores, relacionado à proteção e à busca de segurança. Ainsworth *et al.* (1978), a partir de seus estudos, contribuíram para a compreensão das diferentes formas pelas quais esse vínculo pode se organizar, permitindo observar como a criança utiliza a figura cuidadora diante de situações de separação, medo ou necessidade de proteção (Bowlby, 1969; Ainsworth *et al.*, 1978).

Enquanto Bowlby (1969) apresentou a base teórica para compreender o apego como um vínculo relacionado à segurança e à proteção, Ainsworth *et al.* (1978) contribuíram para a investigação dos diferentes padrões de vínculo. Essa aproximação entre os autores permite compreender que o apego envolve não apenas a proximidade entre criança e cuidador, mas também a disponibilidade da figura cuidadora diante das necessidades infantis (Bowlby, 1969; Ainsworth *et al.*, 1978).

O apego seguro está relacionado à presença de cuidadores disponíveis e responsivos às necessidades da criança. Quando a criança percebe que pode buscar proteção e apoio diante de situações de medo, desconforto ou insegurança, o cuidador pode funcionar como uma base segura a partir da qual ela explora o ambiente. Essa experiência pode contribuir para a construção de confiança e para o desenvolvimento de recursos necessários à adaptação diante das situações vivenciadas (Bowlby, 1988; Ainsworth *et al.*, 1978).

A qualidade das primeiras relações também possui relação com o desenvolvimento da capacidade de regulação emocional. A criança inicialmente depende dos adultos para ajudá-la a compreender e organizar suas experiências emocionais. Com o desenvolvimento e a repetição de experiências de cuidado responsivo, ela pode gradualmente desenvolver recursos próprios para reconhecer, expressar e manejar suas emoções. Estudos sobre as relações familiares e as práticas parentais também apontam relações entre essas experiências e diferentes aspectos do desenvolvimento emocional infantil (Martins; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

Nesse sentido, o apego seguro pode ser compreendido como um fator de proteção. Isso não significa que uma criança com vínculo seguro esteja livre de dificuldades emocionais ou que o apego seja capaz de impedir o desenvolvimento de transtornos. Seu papel está relacionado à possibilidade de oferecer uma base de segurança que pode auxiliar a criança diante de situações adversas (Bowlby, 1988).

Da mesma forma, experiências de vínculos inseguros podem estar associadas a maiores dificuldades na regulação emocional e na construção das relações interpessoais. Entretanto, essas experiências não devem ser compreendidas como determinantes absolutos da trajetória psicológica da criança. O desenvolvimento é resultado de múltiplas influências e pode sofrer modificações ao longo da vida (Bretherton, 1992; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000).

Nesse aspecto, Bowlby (1969) oferece a compreensão do apego como uma relação de segurança, enquanto Ainsworth *et al.* (1978) aprofundam essa perspectiva ao investigar diferentes padrões de vínculo. Bretherton (1992), por sua vez, contribui para a compreensão histórica e teórica da construção da teoria do apego. Assim, as

contribuições desses autores podem ser compreendidas de maneira complementar, permitindo relacionar as experiências de vínculo às formas pelas quais a criança estabelece relações e enfrenta situações emocionais (Bowlby, 1969; Ainsworth *et al.*, 1978; Bretherton, 1992).

Outro ponto importante é compreender o apego como um processo dinâmico. Bowlby (1988) destaca a importância de uma base segura para o desenvolvimento, enquanto estudos posteriores discutem aspectos relacionados à estabilidade e às possibilidades de mudança dos padrões de apego (Bretherton, 1992; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000). Dessa maneira, embora as experiências iniciais tenham importância, o apego não deve ser compreendido como completamente fixo ou imutável (Bowlby, 1988; Bretherton, 1992; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000).

A dimensão cultural também precisa ser considerada. As formas de demonstrar cuidado, estabelecer proximidade e orientar o comportamento infantil podem variar entre diferentes contextos. Por isso, a análise do apego deve evitar interpretações que desconsiderem as características culturais e sociais das famílias. Práticas diferentes das observadas em determinado contexto não devem ser automaticamente classificadas como inadequadas sem uma análise mais ampla da relação entre cuidadores e crianças (Cariri *et al.*, 2025).

A relação entre apego e desenvolvimento emocional também pode ser observada ao longo de diferentes fases da vida. Experiências de vínculos consistentes podem contribuir para o desenvolvimento de recursos relacionados às relações interpessoais e ao enfrentamento de situações de estresse. Entretanto, não se trata de uma

determinação automática, uma vez que novas experiências e relações também participam da construção do desenvolvimento psicológico (Bowlby, 1988; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000).

Outro aspecto relevante é a possibilidade de transmissão intergeracional dos padrões de relacionamento. As experiências vivenciadas pelos adultos durante sua própria infância podem influenciar a maneira como estabelecem relações com seus filhos. Contudo, essa influência não significa que padrões familiares sejam obrigatoriamente repetidos. Experiências positivas, relações significativas e intervenções podem favorecer mudanças nos modos de estabelecer vínculos (Bretherton, 1992).

Dessa forma, o apego seguro pode ser compreendido como um importante recurso para o desenvolvimento emocional, mas não como uma garantia de ausência de sofrimento psicológico. A criança está inserida em uma rede de relações e circunstâncias que também influencia sua trajetória. Por isso, compreender o apego de maneira contextualizada permite uma análise mais cuidadosa dos fatores de proteção e vulnerabilidade presentes no desenvolvimento infantil (Bowlby, 1988; Bretherton, 1992; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000).

A articulação entre Bowlby (1969, 1988), Ainsworth *et al.* (1978), Bretherton (1992) e Waters, Hamilton e Weinfield (2000) demonstra, portanto, uma construção progressiva da compreensão do apego. Bowlby fornece a base teórica sobre segurança e proteção; Ainsworth contribui para a investigação dos padrões de vínculo; Bretherton discute o desenvolvimento da teoria; e Waters, Hamilton e Weinfield abordam aspectos relacionados à estabilidade da segurança do apego. Em conjunto, essas contribuições permitem

compreender o apego seguro como um importante recurso para o desenvolvimento emocional, sem tratá-lo como fator único ou como garantia contra dificuldades psicológicas (Bowlby, 1969, 1988; Ainsworth *et al.*, 1978; Bretherton, 1992; Waters; Hamilton; Weinfield, 2000).

2.3. Padrões Familiares, Contexto Social e Desenvolvimento Emocional

A família constitui um dos principais espaços de socialização da criança e participa da construção de valores, comportamentos e formas de relacionamento. As experiências vivenciadas nesse ambiente podem favorecer o desenvolvimento de recursos emocionais ou, quando marcadas por dificuldades persistentes, contribuir para situações de vulnerabilidade psicológica. Dessa maneira, compreender os padrões familiares é relevante tanto para a prevenção quanto para a intervenção psicológica (Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

As discussões apresentadas por Baumrind (1971) e Maccoby e Martin (1983) ajudam a compreender esse processo a partir das práticas parentais, especialmente no que se refere à combinação entre exigência e responsividade. Já Bowlby (1969) amplia essa compreensão ao destacar a importância da segurança construída nas relações com os cuidadores. Enquanto os estudos sobre estilos parentais permitem observar como os adultos estabelecem limites e respondem às necessidades infantis, a teoria do apego contribui para compreender como a qualidade do vínculo pode oferecer segurança emocional. Embora partam de perspectivas teóricas diferentes, os autores se aproximam ao evidenciar a importância da

qualidade das relações entre crianças e cuidadores (Baumrind, 1971; Maccoby; Martin, 1983; Bowlby, 1969).

Essa articulação também pode ser relacionada à discussão sobre regulação emocional. A literatura sobre contexto familiar aponta que as crianças desenvolvem recursos de regulação emocional por meio de diferentes processos, incluindo a observação dos comportamentos dos adultos, práticas parentais relacionadas às emoções e o clima emocional da família, no qual se inserem tanto os estilos parentais quanto as relações de apego (Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

A disponibilidade afetiva, a comunicação e a responsividade dos cuidadores são aspectos relevantes para compreender as experiências emocionais da criança. A combinação entre acolhimento e estabelecimento de limites também pode contribuir para a construção de recursos de enfrentamento e para o desenvolvimento das relações interpessoais. Entretanto, esses processos precisam ser compreendidos considerando as características da criança e o contexto familiar em que ocorrem (Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

Na perspectiva preventiva, a orientação aos pais e cuidadores pode contribuir para o fortalecimento das relações familiares. A intervenção não precisa ocorrer somente quando a criança apresenta um transtorno ou uma dificuldade significativa. A Psicologia também pode atuar na promoção de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, comunicação, estabelecimento de limites e manejo das emoções (Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

A participação da família torna-se especialmente importante quando a criança já apresenta dificuldades emocionais ou comportamentais. Nesses casos, analisar apenas o comportamento individual pode limitar a compreensão da situação, uma vez que a criança está inserida em um ambiente que influencia suas experiências cotidianas. A participação dos familiares pode contribuir para ampliar a rede de apoio e favorecer a continuidade das estratégias de cuidado (Amarante; Silva, 2025).

Amarante, Silva e Resende (2025), ao discutirem a participação familiar no cuidado em saúde mental de crianças e jovens acompanhados por serviços especializados, contribuem para ampliar essa perspectiva ao considerar o envolvimento dos familiares no processo de cuidado. Nesse sentido, enquanto Baumrind (1971), Maccoby e Martin (1983) e Bowlby (1969) ajudam a compreender aspectos das relações entre cuidadores e crianças, Amarante, Silva e Resende (2025) ampliam a discussão para o campo do cuidado em saúde mental, destacando a importância da participação da família nesse processo (Amarante; Silva, 2025).

Essa aproximação entre os autores demonstra que compreender o desenvolvimento emocional infantil não significa observar somente as características individuais da criança. Dessa maneira, a família pode ser compreendida não apenas como parte do contexto no qual surgem dificuldades, mas também como parte importante das estratégias de proteção e cuidado (Amarante; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

Também é necessário considerar os fatores sociais e econômicos que atravessam a vida familiar. Situações de vulnerabilidade podem aumentar o nível de estresse experimentado pelos cuidadores e

dificultar a disponibilidade para determinadas práticas de cuidado. Assim, o psicólogo precisa evitar interpretações que responsabilizem exclusivamente os pais pelas dificuldades apresentadas pela criança, considerando também as condições concretas nas quais a família está inserida (Cariri *et al.*, 2025).

As transformações sociais também modificaram as configurações familiares e as formas de interação entre seus membros. Famílias monoparentais, reconstituídas e outras configurações fazem parte da realidade contemporânea. Portanto, o desenvolvimento emocional infantil não depende de um único modelo de família, mas da qualidade das relações, do cuidado, da proteção e do suporte oferecidos à criança (Cariri *et al.*, 2025; Amarante; Silva, 2025).

O uso de dispositivos digitais também merece atenção na compreensão do desenvolvimento infantil, considerando sua relação com as dinâmicas familiares e as experiências cotidianas das crianças. Gomes, Lousada e Figueiredo (2024), em estudo com crianças em idade pré-escolar, identificaram associações entre a utilização de dispositivos digitais, o funcionamento familiar e o desenvolvimento da linguagem. Esses resultados reforçam a importância de considerar o contexto familiar e os hábitos de utilização das tecnologias, sem atribuir a esses dispositivos, isoladamente, a responsabilidade por dificuldades no desenvolvimento infantil.

Diante disso, a atuação psicológica deve ser contextualizada e considerar as particularidades de cada família. A finalidade da intervenção não é estabelecer um modelo único de funcionamento familiar, mas favorecer relações que ofereçam à criança segurança,

disponibilidade afetiva, comunicação e limites adequados (Amarante; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

A análise dos padrões familiares também contribui para a identificação de fatores de proteção e vulnerabilidade. Relações familiares acolhedoras e consistentes podem favorecer o desenvolvimento de recursos para lidar com adversidades, enquanto situações de conflitos persistentes, ausência de suporte ou práticas educativas inadequadas podem aumentar a vulnerabilidade. Entretanto, nenhum desses fatores deve ser compreendido de forma isolada ou determinista (Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

Nesse sentido, a relação entre estilos parentais, apego e regulação emocional reforça a necessidade de uma compreensão integrada do desenvolvimento infantil. Os estilos parentais ajudam a compreender a forma como os cuidadores organizam limites, exigências e disponibilidade emocional; a teoria do apego permite compreender a dimensão da segurança e da proteção nos vínculos; e os estudos sobre regulação emocional mostram que essas experiências familiares participam da construção gradual dos recursos que a criança utiliza para lidar com suas emoções (Baumrind, 1971; Maccoby; Martin, 1983; Bowlby, 1969, 1988; Cariri *et al.*, 2025; Martins; Silva, 2025).

Portanto, a prevenção e a intervenção psicológica devem considerar a família como parte fundamental do processo de desenvolvimento infantil. Ao compreender as relações familiares de maneira ampla e contextualizada, o psicólogo pode desenvolver estratégias mais adequadas às necessidades da criança e de seus cuidadores, contribuindo para a promoção da saúde emocional e para a

prevenção de dificuldades futuras (Amarante; Silva, 2025; Cariri *et al.*, 2025).

3. CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS

A partir da análise da literatura utilizada neste estudo, foi possível compreender que as relações familiares possuem influência importante no desenvolvimento emocional infantil, principalmente por meio dos vínculos afetivos, das práticas parentais e das condições sociais e culturais nas quais a criança está inserida. Os resultados indicam que relações marcadas por afeto, responsividade, comunicação e limites podem favorecer o desenvolvimento emocional, enquanto relações caracterizadas por negligência, baixa responsividade, conflitos frequentes ou rigidez podem representar fatores de vulnerabilidade. Entretanto, essa relação não é determinante, pois o desenvolvimento infantil envolve diferentes fatores individuais, familiares e sociais.

Em relação às práticas parentais, os estudos analisados demonstraram que a forma como os cuidadores estabelecem limites, oferecem afeto e respondem às necessidades da criança pode influenciar seu desenvolvimento emocional. Práticas que equilibram limites e disponibilidade afetiva podem favorecer a compreensão e a expressão das emoções, contribuindo para que a criança desenvolva recursos para lidar com diferentes situações.

Quanto aos vínculos de apego, os resultados evidenciaram que relações nas quais a criança percebe seus cuidadores como disponíveis, acolhedores e capazes de oferecer proteção podem favorecer a segurança emocional e a regulação das emoções. Entretanto, não é possível afirmar que um determinado padrão de

apego determine, de forma isolada, o desenvolvimento de dificuldades psicológicas, pois outros fatores também participam desse processo.

Também foi possível perceber que as relações familiares são influenciadas pelas condições sociais, econômicas e culturais, além das diferentes configurações familiares e das mudanças presentes no cotidiano. Dessa forma, compreender o desenvolvimento emocional infantil exige considerar a criança dentro do contexto em que vive, evitando responsabilizar exclusivamente os cuidadores ou a própria criança.

Os achados apresentam implicações importantes para a atuação do psicólogo, tanto na prevenção quanto nas intervenções relacionadas às dificuldades emocionais e comportamentais. A participação dos cuidadores pode contribuir para que as mudanças trabalhadas no atendimento sejam incorporadas ao cotidiano da criança, fortalecendo as relações familiares e ampliando as possibilidades de cuidado.

Dessa forma, os objetivos propostos foram contemplados, uma vez que o estudo analisou as relações parentais, discutiu a relação entre vínculos de apego e regulação emocional e abordou a influência dos padrões familiares e das condições socioculturais no desenvolvimento emocional infantil.

Como limitação, destaca-se que este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, sem acompanhamento direto de crianças ou famílias. Assim, os resultados não permitem generalizações para todos os contextos familiares. Nesse sentido, estudos futuros

poderão ampliar essa discussão por meio de pesquisas de campo, considerando diferentes configurações familiares e contextos sociais.

Por fim, compreender o desenvolvimento emocional infantil significa reconhecer a importância de relações que ofereçam segurança, acolhimento, orientação e espaço para a expressão das emoções. Nesse sentido, o fortalecimento das relações familiares e o acompanhamento psicológico podem contribuir para trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSWORTH, Mary D. Salter; BLEHAR, Mary C.; WATERS, Everett; WALL, Sally N. **Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

AMARANTE, Kellen Patrícia Félix; SILVA, Sheila Rosa da. **Participação dos familiares no cuidado em saúde mental de jovens e crianças acompanhados por CAPSi: uma revisão integrativa da literatura**. *Revista FT*, v. 29, n. 142, p. 58-59, jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/ra10202501081558>.

BAUMRIND, Diana. **Current patterns of parental authority**. *Developmental Psychology Monograph*, v. 4, n. 1, pt. 2, p. 1-103, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0030372>.

BAUMRIND, Diana. **Effects of authoritative parental control on child behavior**. *Child Development*, v. 37, n. 4, p. 887-907, 1966. DOI: <https://doi.org/10.2307/1126611>.

BOWLBY, John. **A secure base: parent-child attachment and healthy human development**. New York: Basic Books, 1988.

BOWLBY, John. **Attachment and loss: volume 1: attachment.** New York: Basic Books, 1969.

BRETHERTON, Inge. **The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth.** *Developmental Psychology*, v. 28, n. 5, p. 759-775, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.28.5.759>.

CARIRI, Andreska Moésia et al. **O impacto da parentalidade no comportamento e bem-estar infantil: uma revisão bibliográfica.** *Revista Interdisciplinar em Saúde*, v. 12, n. 1, p. 1302-1322, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35621/23587490.v12.n1.p1302-1322>.

GOMES, Maria Inês Figueiras; LOUSADA, Marisa Lobo; FIGUEIREDO, Daniela Maria Pias de. **Utilização de dispositivos digitais, funcionamento familiar e desenvolvimento da linguagem em crianças de idade pré-escolar: um estudo transversal.** *CoDAS*, v. 36, n. 3, e20230125, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20232023125pt>.

MACCOBY, Eleanor E.; MARTIN, John A. **Socialization in the context of the family: parent-child interaction.** In: HETHERINGTON, E. M. (ed.). *Handbook of child psychology*. 4. ed. New York: Wiley, 1983. v. 4, p. 1-101.

MARTINS, Laysa Roberta; SILVA, Geisa Gabriela Carneiro da. **A influência dos estilos parentais no desenvolvimento da personalidade: revisão integrativa.** *Revista Foco*, v. 18, n. 4, e8355, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n4-133>.

WATERS, Everett; HAMILTON, Claire E.; WEINFELD, Nancy S. **The stability of attachment security from infancy to adolescence and**

early adulthood: general introduction. Child Development, v. 71, n. 3, p. 678-683, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00175>.

¹ Acadêmica do 10º Período de Psicologia. Pós-graduanda em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivo Comportamental. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Especialista em Psicologia Escolar e Educacional e em Docência no Ensino Superior e Metodologias Ativas (Faculdade Metropolitana). Psicóloga vinculada ao Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Docente da Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).